

A MUDANÇA DA CAPITAL NA CONSTITUINTE MINEIRA DE 1891

LUIZ FERNANDES DE ASSIS

Quando se reuniu a Constituinte mineira em 1891, colocou-se de imediato a questão da mudança da sede do governo. Ouro Preto era uma capital provincial singular, com arquitetura preciosa e urbanização decorrente do acidentado do terreno. Setecentista, tinha sido edificada nas aventuras bandeirantes, em região de topografia que não aconselhava uma cidade. Com o pequeno surto econômico verificado na última década monárquica, com incipiente indústria, impôs-se a evidência de mudar a capital, pois Ouro Preto não possuía condições de desenvolvimento.

A mudança era uma idéia antiga: os próprios inconformes já pensavam em transferir a capital para São João del-Rei. Após a independência, cogitou-se do as-

Luiz Fernandes de Assis é editor do Cadernos da Escola do Legislativo.

sunto por volta de 1833, porém sem muita insistência. Em 1843, o Presidente da Província, Soares de Andréa, também pensou em transferir a sede do seu governo. Até meados do séc.XIX, foram realizadas cinco tentativas, todas infrutíferas. O deputado Padre Agostinho de Souza Paraíso apresentou, anos mais tarde, na Assembléia Legislativa Provincial, em 1867, projeto que viu aprovado, mas que não se efetivou graças à reação ouropretana e ao veto do Presidente da Província. A Assembléia ainda ensaiou uma recusa a este veto, mas recuou ante a ameaça dos habitantes da cidade.

A resistência à mudança da capital tornou-se mais frágil com o fim da monarquia. Antes mesmo de se reunir a Constituinte mineira, o Presidente do Governo Provisório, Augusto de Lima, chegou a assinar um decreto transferindo a sede do Poder para Belo Horizonte. Não o publicou, no entanto, dada a proximidade da Assembléia Constituinte: acreditava-se ser ali o foro adequado para resolver tão delicado assunto.

De fato, a mudança da capital foi um dos temas mais discutidos na Constituinte mineira de 1891, ainda que não fizesse parte do rol de assuntos próprios para uma Assembléia desta natureza. Como veremos nos debates publicados a seguir, ali digladiavam os defensores e os adversários da idéia, chamados de mudancistas e antimudancistas, respectivamente. Tão logo se iniciaram os trabalhos, os deputados mineiros escolhidos para comporem a Comissão dos Onze e darem pareceres sobre o anteprojeto do governo apresentaram um aditivo que tocava no assunto: “fica mudada a capital para um ponto central, no Vale do Rio das Velhas, que se preste à edificação de uma grande cidade com indispensáveis condições higiênicas”, e marcava o prazo de quatro anos para o cumprimento da medida. Com isto, estava dado o ponto de partida para todos os parlamentares se sentirem na obrigação de opinar sobre a mudança. A proposta, no entanto, não foi aceita pacificamente, e vários deputados apresentaram novas localidades como sendo as ideais

para projeto tão arrojado: Catas Altas do Mato Dentro, Vale do Rio Doce, planalto do Piui, Várzea do Marçal, Vale do Rio das Mortes, Barbacena, Juiz de Fora... A multiplicidade de propostas agradava aos anti-mudancistas, vindo na disputa a razão para manter a capital existente.

Neste ano de 1997, quando se comemora o centenário de inauguração da Capital, publicamos alguns debates na Constituinte mineira que demonstram que, mais do que uma simples questão regional, o tema da mudança contribuiu para reforçar toda uma lógica que não escapavam aos homens de então: havia um confronto latente entre os setores progressistas de republicanos históricos que encarnavam um ideal antimonarquista; o grupo de ex-liberais que, buscando um modelo distinto ao dos "históricos", pregavam uma república que mantivessem o *status quo*, no sentido de uma modernização conservadora; e a ala de ex-monarquistas reacionários, ainda arraigados a um ideal do antigo regime, somente conformados na situação republicana.

Ao final dos debates, podemos vislumbrar que, através destes interlocutores privilegiados, os dois primeiros grupos se conformaram num projeto único, moderno ao implantar um plano arquitetônico arrojado para a nova capital, porém conservador se identificarmos a composição dos mandatários políticos da cidade que estava por surgir. No confronto de interesses, que se expressam nos discursos parlamentares, há uma singular derrota do projeto político dos primeiros republicanos, com a subsequente cooptação de seus ideais por parte de ex-liberais, empenhados em resguardar sua parcela de poder.

A palavra "progresso" incorporada na ação dos jovens políticos, serviria de baliza e de alicerce para, de fato, bancar-se a decisão de mudar a capital de Minas Gerais. Por isso mesmo, uma nova cidade deveria ser planejada e construída a partir de um marco zero. Um

lugar onde o futuro se estabeleceria sem as marcas do passado. Lugar em que o tempo não se repetiria, mas que tinha pela frente a possibilidade infinita. Belo Horizonte surgiu, portanto, sem nada aproveitar do antigo Curral d'El Rei. Ouro Preto, ao contrário, passava a ser percebida como o símbolo da estagnação e da decadência. O tempo morto.

SOBRE A MUDANÇA DA CAPITAL

5ª SESSÃO ORDINÁRIA, AOS 4 DE MAIO DE 1891.

O

Sr. Silviano Brandão — (...) Antes de sentar-me, Sr. Presidente, desejaria não discutir, mas dizer duas palavras sobre uma questão, que tem preocupado o espírito público, e que bem ou mal acha-se na ordem do dia, como objeto de nossas deliberações.

Digo bem ou mal, porque, não entendendo esta questão da organização do Estado, não é matéria constitucional, não devendo por isso, na minha fraca opinião ser objeto das deliberações Congresso Constituinte.

Refiro-me à mudança da Capital.

Não desejo senão consignar a minha opinião a respeito desta questão, que reputo grave; não podendo, e mesmo não tendo tempo, para discuti-la como merece; outros mais competentes (*não-apoiados*)...

Vozes: — V. Exa. é muito competente.

O Sr. Silviano Brandão — o farão com todo e brilhantismo, espalhando luz sobre o debate, e encartando a questão sobre todas as suas faces.

Como já disse, me parece que não é uma questão constitucional, (*apoiados*.) e, portanto, não deverá fazer parte de nossas deliberações. (*Apoiados*.)

Desde, porém, que se acha em discussão, entendo que deve ser uma questão aberta, sobre a qual todas as opiniões podem ser emitidas com franqueza.

Sr. Presidente sobre esta questão há duas correntes de opiniões extremas: — Uma querendo, a todo transe, a mudança da Capital; e outra não querendo absolutamente que ela se realize.

Eu respeito e faço justiça a ambas as opiniões, entendendo que tanto uns como outros daqueles que as professam acham-se animados do nobre sentimento do patriotismo, embora não possa haver inteira isenção de paixão, o que aliás é natural em uma questão que afeta tão elevados interesses.

Sr. Presidente a mudança da Capital para mim é uma questão financeira.

Tenho fundados receios de que as finanças de Minas fiquem seriamente comprometidas, e por muito tempo, com um ato precipitado, que bem pode-se converter em um desastre.

Tenhamos em vista a nossa vizinha do Prata que se debate em uma crise financeira medonha só conhecida em países como Egito.

O Congresso não conhece o estado das finanças do Estado de Minas (*apoiado e não-apoiados*), mas sabe que os encargos do tesouro são grandes, são enormes.

Convém examinar se a edificação de uma nova Capital, “na altura de nossa civilização” será mesmo que o

elemento de prosperidades para o Estado de Minas, ou se, pelo contrário, será um sorvedouro de rendas públicas. (*Apoiados. Muito bem!*)

Se Ouro Preto é o sorvedouro das rendas públicas, a nova cidade não será um sorvedouro ainda maior? (*Aparte.*)

No período de reorganização em que nos achamos quando de 15 de novembro para cá tudo se tem destruído e nada construído, não será aventuroso, não será um salto nas trevas inutilizarem-se aqui tantos valores para irmos despendar maiores, na construção de uma cidade que apenas atestará a nossa vaidade? (*Apoiados.*)

Os impostos cedidos pela União ao Estado mal darão para o custeio de novos serviços a este cometidos. A questão não pode ser de estética, mas econômica.

Estarei de acordo que Ouro Preto é uma cidade feia, apesar de muitos a julgarem poética, incômoda, que mal impressiona os seus visitantes, construída sobre rochas, terreno tão ingrato que nada produz nem se presta a desenvolvimento; mas, a República deve ser um governo modesto, econômico, não precisando de monumentos para servirem de atestados à sua vaidade.

Não acredito, como se tem dito, que o "atraso" de Minas provém de sua Capital, que é um obstáculo a todo o desenvolvimento material e intelectual do Estado.

Por ventura a grandeza e opulência dos Estados Unidos vêm de sua Capital? Ninguém o dirá.

Por outro lado é sabido que nas mesmas condições de "atraso" se acham todos outros estados brasileiros, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, etc., os quais entretanto, possuem belas e excelentes capitais, que se prestam a todos os desenvolvimentos.

Já se vê que o mal é geral, não provém da Capital.

O mal, segundo minha fraca opinião, deve ser procurado na centralização administrativa, que dava vida só ao Rio de Janeiro, tirando-a das províncias, fazendo exceção só de São Paulo, que aliás não prima pela difusão da instrução popular.

Se a ilustre comissão me garantisse que, com os 4 mil contos, seria edificada a nova cidade, com as condições exigidas, eu votaria pela mudança.

Mas é claro que os 4 mil contos apenas bastarão para os primeiros trabalhos, quando muito para os edifícios públicos.

Mas, edificar edifícios públicos não é edificar uma cidade, que, nada produzindo durante muitos anos há de pesar enormemente sobre o tesouro, que, depois não poderá abandoná-la tendo de suportar onerosíssimos encargos.

A questão é, pois, muito grave, e merece toda a ponderação: deve ser resolvida com toda a prudência e reflexão. (*Apoiados.*)

Sr. Presidente, V.Exa. sabe que minha opinião a respeito do assunto tem sido esta, e por hora não mudou.

Tais, porém, serão os argumentos apresentados, que eu tenha de votar pela mudança da Capital.

Enquanto, porém, não for convencido do contrário, continuarei a pensar que medida é inoportuna e desastrosa para o Estado de Minas. (*Apoiados.*)

E, relativamente ao assunto principal que nos ocupa, a Constituição, a mudança da Capital é questão secundária.

Tenho concluído. (*Muito bem! Muito bem!*)

6ª SESSÃO ORDINÁRIA AOS 5 DE MAIO DE 1891

(Anais, p.108-109.)

O Sr. Idelfonso Alvim: — (...) Devo declarar que, em relação à autonomia municipal, aceitei com prazer qualquer medida que venha tornar verdadeiramente autônomos os municípios.

Neste ponto sou pelos verdadeiros princípios republicanos, isto é, quero uma política que atenda à diversidade de circunstâncias dos nossos municípios, para que não continuemos na uniformidade da antiga legislação que matou o antigo regime e que nos sufocará também, se continuarmos no mesmo terreno.

Feitas estas considerações, não me sentarei sem referir-me, ainda que incidentemente, ao aditivo que, entendendo, prematuramente veio à tela, que é a discussão da nossa Constituição.

Refiro-me, Sr. Presidente, à mudança da Capital do Estado.

Manifestarei o meu modo de pensar de modo claro e com toda a franqueza, sem meias palavras, porque assim entendo necessário ao futuro de minha vida pública, por isso que sou moço e preciso zelar, mais do que tudo, o futuro para que sobre ele não paira a mais leve suspeita.

Antes, porém, devo fazer, Sr. presidente, uma declaração, quiçá desnecessária: logo que foi publicada a chapa de candidatos, entre os quais eu me achava, e tendo aceitado o lugar que merecidamente me fora indicado, interrogaram-me alguns amigos se eu era, a favor da mudança da capital. Respondi afirmativamente e vi com prazer que minha resposta foi bem acolhida por todos, salvo uma ou outra exceção de indivíduos ligados por nascimento e família à velha Ouro Preto. Desaparecia, portanto, o meu pensar individual, caso fosse contrário, para dar lugar à satisfação da vontade dos que me delegaram seus poderes.

Estaria, pois, na falta de um cumprimento de deveres para com os mandantes de minha zona, se não manifestasse com franqueza a minha opinião a este respeito. “Jovem e inexperiente,” desejo viver “às claras”, pelo que declaro terminantemente que sou pela mudança da capital, e assim procedo, porque esta medida está de acordo com a vontade dos aqui represento e com os interesses que me foram confiados. Fui considerado, assim como outros colegas que partilham desta opinião, como acalentador de “ousadias temerárias”.

A minha conduta, bem como a de meus companheiros, prestou ensejo ao ilustrado e criterioso senador José Pedro Xavier da Veiga para, no prurido de bem tornar frases, tirar-nos alusões injuriosas.

O Sr. Xavier da Veiga: — Protesto, sou incapaz de injuriar meus colegas.

O Sr. Ildefonso Alvim: — O vosso artigo aí está ao alcance de quem souber ler.

Eis a razão por que, Sr. presidente, eu que não tenho laço nenhum íntimo para me prender a esta ou aquela conveniência, a não ser a dos meus mandantes, hei de cumprir o meu dever, aconteça o que acontecer, conforme me ditar consciência e...

O Sr. Xavier da Veiga: — Conforme a opinião do povo que elegeu V. Exa.

O Sr. Indefonso Alvim:... conforme os interesses que me foram confiados. Entendo que, assim procedendo, cumprirei lealmente a vontade dos que confiaram o meu mandato. “E as despesas a se fazer?”, dizem os contrários.

Pergunto: pelo fato de a capital ficar em Ouro Preto segue-se que essas despesas não serão feitas?

Continuarão do mesmo modo e talvez em número mais elevado! (*Apartes.*)

Os nobres deputados que se manifestam contra a mudança receiam que esse fato dê lugar a especulações, prejudicando por isso os interesses que todos devemos zelar.

Mas, Sr. presidente, será possível que não estejam em nossas mãos os meios de evitar essa especulação de qualquer ordem que seja?

Eu que sou completamente contrário às legislações anormais, visto como elas, mais ou menos, envolvem odiosidades ou privilégios, desde já declaro que podeis contar com o meu voto em relação ao assunto, desde que nos seja necessário fechar as portas da especulação aos aventureiros de ocasião.

Tem-se dado a esta questão um caráter pessoal, o que realmente lastimo.

Em Minas não faço questão de zonas: como mineiro, estremeço tanto Ouro Preto, como meu torrão de nascimento; — o meu amor a Minas é o mesmo aqui, ali ou acolá.

Tem-se procurado fazer crer que há odiosidade para Ouro Preto da parte daqueles que querem a mudança da capital.

Engano manifesto!

Neste ponto descem mais e chamam atenção do Congresso para a miséria em que necessariamente ficarão algumas famílias desta cidade. Miséria!

Mas, porventura, iremos fazer uma desapropriação sem a respectiva indenização?

Não; não vamos desapropriar. Os proprietários perderão uma pequena porcentagem nos aluguéis, o que absolutamente não pode ser considerado como miséria.

Demais, Sr. presidente, é fazer-se uma injúria à própria cidade de Ouro Preto, dizer-se que transferindo a capital daqui para outro lugar, de nada valerá esta cidade, tão cheia de tradições, e cujo futuro rivalizará com o de outras suas irmãs.

Porventura as outras cidades de Minas, para a sua prosperidade, necessitaram e necessitarão de ser capital do Estado?

Muitas outras considerações teria a fazer, Sr. Presidente; reservar-me-ei, porém, para ocasião mais oportuna.

A V. Exa. e a todos os meus ilustrados colegas peço desculpas por essas “ousadas temerárias de um jovem inexperiente e sonhador”.

Vozes: — Falou perfeitamente bem. (*Muito bem! Muito bem!*)

10ª SESSÃO ORDINÁRIA, AOS 9 DE MAIO DE 1891

O Sr. Gama Cerqueira: — (...) Entrarei agora num outro assunto que tem sido objeto de debate e de séria preocupação, dentro e fora do Congresso; refiro-me à mudança de capital.

(Anais, p.182-183.)

Antes de tudo, devo pedir aos que me ouvem que não me atribuam má vontade, quer contra a capital, quer muito menos contra os seus habitantes.

Vozes — Ninguém supõe isso.

O Sr. Gama Cerqueira — Já alguém disse em uma folha insuspeita, porque sustenta com ardor a capital aqui, que sou filho de Ouro Preto. Não é exato; nasci em São João del-Rei, mas vim pequeno para esta cidade e aqui se passaram as minhas mais caras impressões da infância. A esta terra prendem-me recordações de família e alguns dos meus parentes aqui possuem prédios que diminuirão de valor, provavelmente, se mudar-se a capital. Por outro lado, colocada ela no vale do Rio das Velhas, nem o encurtamento da distância lucro, como morador, que sou, da Mata, e nem tenho predileção de zona, a não ser a escolha da que mais convenha para o estabelecimento de uma capital como todos devemos desejar para o grande Estado Mineiro. Vêem, portanto, os meus colegas que entro nesse assunto de ânimo desprevenido...

O Sr. Xavier da Veiga: — Todos fazem justiça a V. Exa.

O Sr. Gama Cerqueira: — e que se escutasse a voz do coração pugnaria pela conservação da capital aqui; mas, entretanto, suponho traduzir o pensamento do povo mineiro opinando que acho conveniente e inadiável sua mudança. (*Não- apoiado do Sr. Camilo de Britto.*)

As provas do que afirmo ainda hoje foram presentes ao Congresso em representação de Catas Altas, apresentada pelo Sr. Conselheiro Penna, e por outro congressista, creio que para o planalto da Mantiqueira; além das mais que virão.

À parte o natural sentimento de bairrismo, não podemos contestar o espírito de justiça a esses nossos patrícios, e eles não conviriam na mudança da capital, se reputassem esse grave ato danoso ao Estado e condenável.

O Sr. Camilo de Britto: — assim como V. Exa. tem provas de que o povo mineiro quer a mudança da capital, também eu tenho de que não a quer.

O Sr. Gama Cerqueira: — Deixemos esse ponto e inquiramos se há conveniência em mantê-la aqui, ou se aproveita a mudança.

É inconcusso que a primeira condição de uma boa capital é ser industrial...

O Sr. Xavier Da Veiga: — Não apoiado.

Vozes: — Oh! Oh!

O Sr. Gama Cerqueira:—... é ser, como dizem os escritores, o templo da indústria e do trabalho; o mais é querer contestar axiomas.

(Há vários apartes.)

Os nobres congressistas meus contraditores poderão usar da palavra e combater-me, mas abusam de apartes a ponto de parecer obstrucionismo: se assim é, fiquem certos de que, novel embora, e se esta minha meia língua ninguém me obstrui, ficarei na tribuna três dias se for possível e enquanto achar quem tenha benevolência de ouvir-me. *(Risadas.)*

Dizia eu, quando fui interrompido, que a condição de uma boa capital era poder ela constituir um centro de indústrias; ora, como bem disse o orador que me precedeu, assinalasse para isso o centro do Estado, e acrescentarei o vale do Rio das Velhas, porque, providencialmente, em torno desse ponto agrupam-se já vários núcleos industriais, fábricas de tecidos, de chapéus, de ferro, etc.

As zonas mais afastadas a noroeste e nordeste são, em grande parte, pastorais e de cultura; ao sul e sudeste cafeiras; e assim a capital, colocada aí equidistante destes pontos, constituirá o empório de todas essas indústrias.

Subordinadas elas por seu turno a uma direção comum, animadas pelo influxo de uma administração sábia e protetora, secundada por uma população laboriosa, dotada de bons elementos naturais, de máquinas aperfeiçoadas, a capital, centro de todos esses melhoramentos, receberia, a fretes cômodos, os produtos em bruto das zonas adjacentes, e os restituiria manufaturados e por junto a cada uma delas.

E quem nos diz que a população de Ouro Preto, reduzida a viver só dos recursos oficiais, sem estímulos

ao meio estéril e desanimador em que colocou-a a fatalidade, não desenvolverá tesouros de energia e de aptidão, transportada para outro meio compensador do trabalho?

Ocorre ainda que o centro impõe-se para a capital até por dever de equidade, a fim de distribuir-se por todos com igualdade a luz e o calor da administração. É mister atender-se que muitos dos nossos patrícios estão separados por centenas de léguas da capital, e de uma capital que em nada os adianta na indústria e nas artes, quando com imenso sacrifício a procuram.

Tal tem sido a orientação da França, Alemanha, e embora nações marítimas, associando também como tais a conveniência de não expor logo o coração do Estado ao assalto fatal da marinha, no caso de uma guerra externa.

Por isso mesmo não concordo com os que se lembraram de colocar a capital em Piuí, suposto conste-me possuir um planalto, que é um éden pela beleza e amenidade do clima.

É preciso, entre outras condições, atender à equidistância tanto quanto possível, e Piuí ficará muito a sudeste, afastado mais de 50 léguas do norte do Estado, onde há pontos distanciados muito mais de uma centena de léguas, viagem a cavalo da atual capital.

O Sr. Costa Sena: — Apoiado; 200 e tantas léguas. Sai-se moço de casa e chega-se velho na capital. (*Risadas.*)

O Sr. Gama Cerqueira: — Passo agora, Sr. presidente, a demonstrar os inconvenientes resultantes da permanência da capital aqui.

Notarei que foi ela fundada e começou a ser capital da capitania do capitão-mor em 1720.

O Sr. Monte Raso: — O capitão-mór morava na Cachoeira.

O Sr. Gama Cerqueira: — Pois bem, a respeito de 171 anos de existência bafejada pelo influxo oficial, a capital é o que vemos; e será por culpa de seus habitantes? Não, eles lutam em vão com uma natureza ingrata, uma topografia detestável.

Têm-se e consumido sem proveito avultadas somas em obras públicas, e para fazer-se idéia aproximada vou solicitar do governo informações de quanto se há gasto no último quinquênio.

Insinua-se pela imprensa que projeta-se fundar uma nova capital luxuosa, verdadeira ventosa absorvente dos dinheiros públicos, sem atender que muito pior é esta enorme tênia, cujos muros de pedra representam milhares de contos.

O Sr. C. de Britto: — Não é exato.

O Sr. Gama Cerqueira: — Mas pergunto ao Sr. Camilo de Britto se contesta esta afirmação.

O Sr. C. de Britto: — É falsíssima (*Risadas.*)

O Sr. Gama Cerqueira: — Oh! Isto não é só negar a verdade, é negar os muros conhecidos por tais; ali está à vista deste Congresso uma enorme muralha construída por conta dos cofres públicos, e para amparar a cadeia, só porque fez-se abaixo um caminho.

Aqui o solo é uma piçarra inconsistente, e não se edifica sem altas paredes por isso e pela inclinação do terreno, bem assim profundos, fundamentos que representam, em regra, dois terços do valor do prédio.

O carreto do material, guindado por ladeiras íngremes, é penoso e caro, de modo que os alugueis das casas são elevadíssimos na proporção de seu custo.

É por tudo isso que insiste-se na mudança da capital, e até já o deputado padre Paraíso a fez passar na Assembléia provincial, não a sancionando o Dr. Costa Machado, desamparando o autor da idéia aos insultos de certa ordem de gente.

Vê-se que uma grande aspiração do Estado, ante a qual deve ceder o interesse privado: suposto resultem alguns prejuízos: incomparavelmente maiores acarretou a lei 13 de maio aos proprietários de escravos: entretanto esta capital fez-se homizio deles.

O Sr. C. de Britto: — É uma das glórias de Ouro Preto.

O Sr. Gama Cerqueira: — Dou que assim seja; mas sacrifiquem-se agora também pelo bem da comunhão;

tanto mais que não se lhes tira a casa como tirou-se o escravo ao fazendeiro, e não entra no plano do governo valorizar prédios de particulares, mantendo uma capital má e cara . Isto importaria sacrificarem aos de Ouro Preto o Estado por interesses mesquinhos. (Não-apoiados.)

O Sr. C. de Britto: — É a cidade das tradições; aqui figurou Tiradentes.

O Sr. Gama Cerqueira: — O nobre senador é dos sentimentalistas; é vezo antigo invocar-se, no caso, a memória de Tiradentes para que se não mude a sede do governo; mas a quem, pergunto eu, deu ele procuração? (Hilaridade.)

Estou convencido de que se aquele grande coração pudesse pronunciar se preferia o bem do Estado, e eu não admito que o estadista se deixe dominar pelo sentimentalismo.

Um Sr. Congressista: — O próprio Tiradentes cogitou da mudança da capital.

Outros: — Até indicou lugar.

O Sr. Gama Cerqueira: — Eu não sabia disto.

Notarei mais, Sr. presidente, que Ouro Preto não oferece atrativo há muitos de seus filhos abastados que aqui poderiam morar e aplicar com recíproco proveito sua fortuna; entretanto procuram o Rio de Janeiro, e quando se exproba respondem — dêem-nos uma boa capital.

Seja-me lícito agora, Sr. presidente, rebater algumas malévolas insinuações lançadas contra congressistas a propósito deste mesmo assunto.

Eu nenhum interesse particular envolvo nesta questão; tenho aqui parentes que serão prejudicados, como já disse, e vós?

O Sr. Silviano Brandão: — Temos a mesma liberdade que V. Exa.

O Sr. Gama Cerqueira (*com energia*): — Ninguém tem liberdade para atacar a integridade do ânimo com que defendemos os interesses do Estado; nesta parte temos a máxima independência.

O Sr. Silviano Brandão (*com energia*): — Não defendo outros interesses que não os do Estado de Minas.

O Sr. Gama Cerqueira: — Não me estava referindo a V.Exa.; e sim a insinuações da imprensa. (*Mostrando um jornal.*)

Sr. Silviano Brandão (*com energia*): — Não moro em Ouro Preto; portanto não tenho interesses particulares.

O Sr. Gama Cerqueira: — Ouça-me V. Exa., porque seus gritos não me amedrontam.

O Sr. Silviano Brandão (*alterando-se*): — V. Exa. foi quem alterou a voz, insinuando que aqueles que defendiam idéias contrárias não estavam convencidos.

O Sr. Gama Cerqueira: — V. Exa. não consegue fazer-me calar.

O Sr. Silviano Brandão: — Nem tenho esta pretensão.

O Sr. Gama Cerqueira: — Felizmente a natureza também dotou-me de bons pulmões. (*Hilaridade.*)

Um Sr. Congressista: — Há um *mal entendu*.

O Sr. Gama Cerqueira: — Mas, o Sr. presidente...

O Sr. Silviano Brandão: — Eu já tenho feito propósito de não dar apartes; mas fui demovido pela insinuação do nobre senador.

O Sr. Xavier da Veiga: — E eu vou pagar as custas do processo. (*Hilaridade.*)

Um Sr. Congressista: — É porque tem jus a isso.

O Sr. Gama Cerqueira: — Vou mostrar que nem de leve me referi a V. Exa.

O Sr. Silviano Brandão: — (*com energia*). Eu falei sobre a matéria, e V. Exa. tira alusões a todos aqueles que se ocuparam da mudança da capital.

Vozes: — Não é exato.

O Sr. Silviano Brandão: — Desconheci a delicadeza de V. Exa.

O Sr. Gama Cerqueira: — Acredito que não terá ocasião de dar-me neste ponto lições.

Diz o artigo a que aludia a princípio, aliás assinado por seu autor, um dos distintos congressistas...(lê)

O Sr. Xavier da Veiga: — Onde está a injúria?

O Sr. Gama Cerqueira: — São manifestas as insinuações pungentes nos seguintes períodos: “Ideado como aspiração vaga, por iniciativa platônica do ilustrado Dr. Stokler, recomposto *com intuitos práticos* (o sublinhado é do articulista), entre mistérios que o tempo iluminará; desenvolvendo-se pelo impulso ingestivo de grandes ambições mal encobertas; e aparecendo afinal como um Kaiser autocrático e provocador ante o Congresso Mineiro, o plano da mudança da capital acaba de ser guindado à altura de um princípio etc. etc.”.

E mais adiante, falando da nova capital, consagrada à *voluptuosidade de nababos* , diz ainda o articulista:

“Uma Sybaris renascida de um sepulcro de vícios, com seus festins sardanapalescos, seus espetáculos faustosos e seus triclínios efeminadores , etc.”.

Eu sei pelas noções que tenho de mitologia que havia uma fênix, a qual renascia da própria cinza; mas desconheço de todo a Sybaris que renasce de um sepulcro de vícios.

Essa Sybaris será a comissão, será a monarquia, será o próprio Ouro Preto?

Quem escreveu este artigo assinou e está presente...

O Sr. Silviano Brandão: — V. Exa. não se tinha referido ao artigo.

O Sr. Gama Cerqueira: — Se V. Exa. faz-me a justiça de crer que procuro ser delicado, e se entretemos boas relações, não tinha o direito supor-me logo capaz de ofendê-lo, e deveria ter pedido explicações antes de increpar-me.

O Sr. Silviano Brandão: — A delicadeza de V. Exa. é proverbial.

O Sr. Gama Cerqueira: — Acho que V. Exa. está satisfeito com a explicação.

O Sr. Silviano Brandão: — Perfeitamente.

O Sr. Gama Cerqueira: — Afinal este incidente infeliz e os muitos apartes só serviram para fatigar-me e

desviar-me do assunto, mas hei de deixá-lo hoje líquido ainda que perca o alento.

No que respeita à salubridade não é das melhores esta capital; reina aqui a febre tifóide, há atualmente 8 estudantes, ao que me consta, atacados desta moléstia, e há pouco faleceram 2 filhos do desembargador Bráulio; são freqüentes os casos de beribéri, sobretudo entre os detidos na cadeia, e reina no verão, com caráter endêmico, a moléstia que os da terra estereotiparam com o nome de *ouropretite*, devido ao frio e umidade, aumentada pela qualidade do solo, que embebe-se d'água e custa muito a secar.

Vou agora responder a algumas das principais objeções dos impugnadores da mudança da capital, sobressaindo entre elas a grande despesa que o cofre do Estado não suporta, dizem eles.

Notarei em primeiro lugar que a conservação da capital aqui não isenta de despesas; muito ao contrário.

Até hoje tem-se despendido, a contar de 1º de janeiro, 95:000\$000 só em obras da capital, ao passo que com *todo o Estado* apenas...95:800\$, desprezadas as frações.

Acresce mais que, organizados os serviços e até para sua boa execução, cumpre construir os prédios onde devem funcionar as diversas repartições, porque alguns dos que servem atualmente são alugados e impróprios.

Querem os meus nobres colegas saber quantas e quais são as de que necessitamos? Ouçam:

Obras públicas, correio geral, relação, escola normal, quatro ditas primárias (pelo menos), quartel de linha, dito de polícia, dito de menores, dois hospitais militares, escola de farmácia, ministério da fazenda, telégrafos, coletoria e penitenciária, não falando no atual palácio do governador, que reclama grandes consertos; ao todo 18 edifícios públicos.

Entretanto não há de todo espaço vago para essas novas edificações; seria preciso desapropriar prédios de

particulares, e demoli-los, o que custaria preço fabuloso, sobretudo sendo para o governo.

Por outro lado a mudança far-se-ia, a meu ver, de graça, porque, se fosse, por exemplo, para Belo Horizonte, onde o Estado possui uma légua quadrada de terreno, teríamos 360.000.000 de metros quadrados, que, vendidos à razão de 1\$000 cada metro produziriam 36.000.000\$000, que dava para muito.

E, quando o governo não fizesse edificar obras por administração, que ficam sempre muito caras, poderia ceder esses terrenos, hoje quase sem valor, a uma companhia, sob condições vantajosas, uma delas dar gratuitamente todos os edifícios, e estou certo que os teria sem despendar dinheiro.

O Sr. Xavier da Veiga: — V. Exa. não ouviu o discurso do Sr. Costa Sena!

O Sr. Gama Cerqueira: — Não, senhor; mas sei o que houve; ele trouxe à discussão uma pilhéria de gengibirra, concluindo que o fabricante, depois dos gastos feitos, não encontrou consumidores desta bebida.

Se é perfeita a paridade devem ficar tranqüilos nossos adversários; os terrenos não encontrarão tomadores, e a capital não se muda...

O Sr. Camilo de Britto dá um aparte.

O Sr. Gama Cerqueira: — ...mas o que vejo V. Exas. em manifesta contradição, porque ora dizem que as terras não terão procura, ora clamam que já há sindicato e compras antecipadas baseadas na projetada mudança da capital.

Eu acho que o assunto é importante, merece ser tratado seriamente e com mais isenção.

Nem pode restar dúvida que, mudada a capital, esses terrenos subirão muito de valor passando de rústicos e urbanos; (isto dá-se até na proximidade das estações de estradas de ferro) e a prova é que hoje, em São Paulo vende-se um palmo de frente, nas ruas principais, por um conto de réis, e assim no Rio de Janeiro.

Então, esses fenômenos econômicos hão de falhar só na nova capital mineira? E atenda-se que orcei muito baixo o valor do terreno.

(O Sr. Presidente adverte que está finda a hora, o orador pede que sirva-se consultar o Congresso se concede mais 1/2 hora, e este responde pela afirmativa.)

O Sr. Gama Cerqueira:-Agradeço ao Congresso, em nome do interesse público, a concessão que acaba de fazer, e prossigo no que dizia.

A outra objeção é que a matéria não é constitucional. Eu poderia começar citando logo lei nossa.

O Sr. Xavier da Veiga: — Qual?

O Sr. Gama Cerqueira: — A constituição federal que diz no art.3º:

“Fica pertencente à União, no planalto central da República uma soma de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital.

O Sr. Xavier da Veiga: — Leia o art. 64 ou 65.

O Sr. Gama Cerqueira (*depois de ler*): — aqui não diz coisa que contradiga. (*apoiados.*)

Além desse precedente nosso, é sabido que não há município, nem comarca nem muito menos Estado organizado sem sede, e a matéria pois impõe-se desde logo, tratando-se de organizar um governo e sob forma inteiramente nova. Alegou o mesmo distinto Sr. Veiga que não há precedente histórico, e eu afirmo que há e citarei a constituição da Louisiana (Estados Unidos), que assinada para sua capital Baton Rouge...

O Sr. Camilo de Britto: — Ah! mas aí diz o lugar. (*Risadas.*)

Vozes:-Oh! Oh!

O Sr. Gama Cerqueira: — Aqui é o caso preso por ter cão, preso por não o ter. (*Apartes.*)

Também a constituição da Califórnia marca precisamente para a capital Sacramento, e para sua mudança estipula 2/3 de votos em ambas as casas do parlamento. Já se vê, pois que a comissão não inventou, nem des- toou da prática dos povos que nos são modelo na pátria do sistema republicano.

Foi a comissão argüida de contraditória pelo Sr. senador Veiga...

CADERNOS DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

O Sr. Xavier da Veiga: — O Sr. Dr. Levindo provou isto à saciedade.

O Sr. Gama Cerqueira: — ...porque, tendo pedido ao Dr. Governador novo exame de local, o fixamos antes de se realizar aquele.

São injustos. Se há ato que honre a comissão, é esse exatamente. O Dr. Governador, apoiado não só no parecer do engenheiro Herculano, como em provas colhidas alhures, deixou claramente entrever sua preferência pelo Belo Horizonte na mensagem enviada ao Congresso; a despeito disso, nós, que estamos com ele de boa inteligência, e eu que cultivo sua amizade opinamos por estudo mais desenvolvido para firmar nosso critério, orientar nossos votos. Aguardando esses estudos, fixamos no artigo constitucional não a Belo Horizonte, mas o vale do Rio das Velhas para campo das investigações; uma zona, não o lugar preciso para colocação da capital. Onde a contradição? Por outro lado reputo esse ato um dos mais honrosos para a comissão, que a despeito da confiança pessoal, soube guardar e zelar sua posição, reclamando os dados científicos que reputou necessários, demonstrando que não obedecia á inspiração de quem quer que seja.

Suponho ter dito assaz a despeito do desalinho de minhas observações (não — apoiados) proveniente dos apartes e de certa agitação, mesmo, de que peço desculpa aos meus nobres colegas.

Usei da minha costumada franqueza, porque é este o meu caráter, e são estes os hábitos que contraí na propaganda. Considerava imprescindível dever pronunciar-me sobre esta questão de mudança da capital, que reputo interessante a todo o Estado, mas, repito, não nutro prevenções nem má-vontade contra Ouro Preto e menos contra seus habitantes; advogo os interesses da comunidade; e digo isto por ser a expressão do meu pensar e sentir, não como satisfação, porque não as dou quando cumpro meu dever.

Para fechar com chave de ouro minhas observações vou ler ao Congresso o que a respeito de Ouro Pre-

to se encontra no número especial que tirou ontem o "Jornal de Minas" em homenagem ao meu ilustre amigo, e antigo companheiro de colégio, Dr. Diogo de Vasconcellos, a propósito de seu aniversário: "É um dever de civismo festejar-se o aniversário natalício dos homens de talento, que se elevam acima da turba multa dos imbecis, mormente quando o conseguem a custa de ímprobos labores, em um meio em que não se encontra o mestre, em que não se encontra o livro, não se encontra sequer o estímulo..."

Vê-se que os melhores amigos e defensores de Ouro Preto deixam às vezes escapar conceitos que eu próprio não confirmo em absoluto, lastimando ao contrário, que esse meio não possa, sob outros pontos de vista, conciliar todas as condições para uma boa capital, harmonizando assim, tanto os interesses de seus habitantes, como os do Estado.

Peço aos meus ilustres ouvintes desculpas de ter por tanto tempo abusado de sua benevolência, e sirvame de atenuante o sincero intuito que tive de colaborar para a prosperidade da Pátria Mineira, que todos nós tanto estremeçemos. (*Apoiados. Muito bem.*)

O orador é felicitado por grande número de congressistas.)

10ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 9 DE MAIO DE 1891

O Sr. Xavier da Veiga: — (...) Senhores, há ainda uma consideração a fazer relativamente ao intempestivo projeto da mudança da capital de Minas.

(Anais, p. 182-183.)

Ensaíamos hoje no país a organização federativa, e neste empenho devemos fazer todos os esforços e mesmo sacrifícios.

Trabalhar para que se conserve unido e forte o nosso grande e querido Brasil — é dever de patriotismo, que a todos nós cumpre ter sempre em mente.

Mas o homem político deve prever, quanto possível, as eventualidades do futuro.

A federação está encontrando sérios embaraços para se tornar realidade.

Há *Estados* que, evidentemente, não terão elementos de vida e autonomia, e mesmo neste Congresso declarou há dias, o nobre deputado, Sr. Dr. Ildefonso Alvim, que S. Exa. não acreditava na praticabilidade da federação.

Assim, por elementar previsão do futuro, nos cumpre cada vez mais estreitar os vínculos de recíprocas simpatias e comuns interesses que nos prendem ao Estado do Espírito Santo, já em grande parte povoado por distintos mineiros e onde, como em Minas, a idéia de uma anexação sorri a todos, porque a todos promete novos elementos de prosperidade, de força e de engrandecimento.

Ainda por esta circunstância cuja importância não preciso encarecer, será um desastre a mudança da capital para o Rio das Velhas.

Pelos motivos expostos em próximo futuro talvez sejamos impelidos a levá-la para a Vitória, as margens do oceano, abrindo-se assim novos e esplêndidos horizontes à prosperidade e engrandecimento do Estado de Minas, dando-se desta arte a base segura da Pátria Mineira, livre, independente e feliz.

Confesso, por mais doloroso que seja ao meu coração, a mudança da capital para qualquer ponto na hipótese possível de uma anexação do Espírito Santo a Minas, e se isto fosse condição do pacto, eu votaria pela transferência da capital para as proximidades do mar, porque acima de tudo coloco os grandes e reais interesses de Minas! (*Apoiados.*)

Infelizmente, Senhores, parece-me que nenhuma destas razões atua decisivamente no ânimo daqueles para quem a mudança da capital se afigura a questão única da atualidade, sendo-lhes a preocupação exclusiva!

Nem sequer cogitam eles no estado ruínas a que ficará reduzido em breve o infeliz e caluniado Ouro Preto, uma vez removida daqui subitamente a sede do governo, que mais de século e meio aqui se acha, sem que daí resultassem quaisquer efeitos perniciosos para a prosperidade do Estado de Minas.

A este respeito recordo-me que, em conversação com o ilustre Sr. Dr. Cesário Alvim, quando governador aqui, ouvi de S. Exa. o esclarecido propósito em que estava de, na previsão ou receio de triunfar mais tarde a recente propaganda para mudança da capital, salvaguardar a sorte de Ouro Preto, dando-lhe vida com o desenvolvimento de algumas indústrias já iniciadas e com a fundação de empresas, que de modo eficaz se consagrassem à viticultura em grande escala e à exploração das opulentas e inesgotáveis riquezas minerais deste solo.

Neste elevado e generoso intuito S. Exa. iniciou alguma coisa, mas não pode infelizmente prosseguir em tão patriótico empenho por ter sido curta sua administração.

Ora, uma vez que esse plano providente e esclarecido ficou abandonado, e, justamente na ocasião em que menos se podia esperar, procura-se açodada e imprudentemente mudar a capital — a que estado ficará dentro em pouco reduzida esta velha, gloriosa e infeliz capital de Minas, com tanta injustiça menoscabada e perseguida por seus inimigos?

A uma verdadeira ruína, porque as condições de Ouro Preto, é sabido e ninguém busca ocultá-las, não são as condições das outras cidades de Minas; Ouro Preto é uma cidade quase exclusivamente de vida oficial: aqui residem o funcionalismo e os fornecedores do funcionalismo; suprimindo o funcionalismo, e com ele os seus fornecedores, está a cidade virtualmente destruída ou a caminho da ruína completa, próxima e inevitável!

O Sr. A. Clementino: — Que boa confissão.

O Sr. Xavier da Veiga: — Infelizmente é esta a verdade e não convém dissimulá-la; pelo contrário, cumpre chamar para ela a atenção do Congresso e do governo, se, como devo crer, o Congresso e o governo têm sentimentos de patriotismo e justiça.

Nestas condições, sem se ter tratado de vivificar quanto possível os elementos que podem garantir a manutenção e prosperidade desta cidade, sem procurar-se aproveitar devidamente, em seus subúrbios, as enormes riquezas naturais do subsolo, fundando-se indústrias

metalúrgicas, e outras, de modo que, na hipótese de remover-se a capital, Ouro Preto não fique aniquilado para sempre e não se percam os grandes capitais aqui empregados, particulares e do Estado, a mudança da sede do governo mineiro, a medida projetada, não é simplesmente um grande erro e uma clamorosa injustiça, é também um ato revoltantemente demolidor!

O Sr. A. Clementino: — Outras cidades do Estado estão sem vida por falta de auxílio do governo.

O Sr. Xavier da Veiga: — Sr. Presidente, pretendia fazer outras considerações, em oposição decidida ao art.117 do projeto, mas não quero, quando o Congresso se acha fatigado (*não — apoiados gerais*) e em hora tão adiantada, abusar de sua benévola atenção.

O Sr. Gama Cerqueira: — Era capaz de ficar aqui até seis ou sete horas para ouvir a V. Exa. (*Apoiados.*)

O Sr. Xavier da Veiga: — Muito agradecido ao ilustre senador, mas eu também me sinto cansado e vou terminar.

Mas não concluirei sem externar a convicção que ainda me anima de que o assunto será meditado com calma pelos ilustres membros do Congresso Mineiro.

Senhores, a questão é mais grave do que à primeira vista se afigura; as conseqüências dela para o Estado de Minas, máxime consideradas pelo lado financeiro e econômico, hão de ser importantíssimas, e é tremenda a responsabilidade daqueles que, na quadra atual, gravíssima, sob muitos aspectos, não ponderarem bem no alcance de sua decisão e de seu voto.

A mudança da capital, nos termos planejados, e na situação política e financeira em que nos achamos, situação cheia de perigos e assinalada por temores e sobresaltos quotidianos, será uma empresa, além de iníqua, aventureira e temerária, e este acerto ainda mais se justifica considerando-se que não há, com referência à zona apontada ou indicada para a nova capital, nenhum exame profissional sério, nenhum estudo que possa inspirar confiança, nenhum orçamento sequer das colossais despesas a fazer-se.

A propósito, com a franqueza e sinceridade que me guiam, devo acrescentar que conheço o chefe da atual comissão em excursão no Belo Horizonte; é um cidadão distinto que à sua probidade ilibada reúne grande soma de talentos e conhecimentos; mas, Sr. presidente, foi ele o governador interino do Estado, que comissionou o honrado Dr. Herculano Penna para dar parecer, no sentido da mudança da capital, sobre o vale do Rio das Velhas, foi ele ainda, como deputado ao Congresso Federal, um dos que publicamente manifestaram-se contrários à permanência da capital em Ouro Preto...

O Sr. Gama Cerqueira — Mas se é tão honesto, tão honrado, como V. Exa. reconhece pode mudar de opinião.

O Sr. X. da Veiga — Mas, pergunto: um advogado, por mais honrado e honesto que seja, pode dar sentença numa causa em que de certo modo já figurou como parte?

S. Exa. é desde muito tempo um dos mais conhecidos propugnadores da mudança da Capital, e a esse respeito tem externada sua opinião em documento público.

Entretanto está constituído hoje em juiz com relação ao mesmo assunto da mudança da capital! Isto impressiona desagradavelmente!

Senhores, os ilustres congressistas, sobretudo aqueles que, oriundos da propaganda republicana, tem responsabilidade mais direta e mais imediata na política e direção do Estado de Minas, para cuja boa reorganização todos nós cooperamos lealmente, devem refletir muito antes problema tão grave e melindroso, a ninguém sendo lícito esperar do Congresso um ato que não corresponda ao seu patriotismo, ao critério elevado, que deve presidir às suas deliberações e ao estímulo de independência e dignidade que jamais deve abandoná-lo

E seria triste, muito triste, Senhores, que o velho e tradicional Ouro Preto, edificado pelo despotismo português no último século do seu julgo, que o velho e tradicional Ouro Preto, berço glorioso da liberdade brasileira, tenha de ser destruído pela República no alvorecer de sua dominação!...

(Muito bem! Muito bem!)

(O orador é cumprimentado por quase todos os seus colegas.)

11ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 11 DE MAIO DE 1891

(Anais, p. 191-192.)

O Sr. Severiano de Rezende: — (...) Sr. Presidente, estranho e lamento que se ressinta de certa animosidade irritante a discussão referente à mudança da capital.

Essa irritabilidade, que noto, não se compadece com a harmonia e concórdia, que devem predominar em nossos espíritos, onde a calma e a serenidade auxiliarão poderosamente a orientação, produzindo salutaresefeitos. *(Apoiados.)*

Em nenhuma outra ocasião, mais do que uma presente, quando graves e importantes problemas devem ser resolvidos, na organização do Estado de Minas Gerais, cujos destinos jogam-se na promulgação de sua lei magna, que será o fundamento da sua prosperidade ou profundo báratro em que submergirá, foi tão necessária a abnegação a isenção de paixões, a prudência e a unidade vistas para o objetivo patriótico que visamos. *(Apoiados.)*

Penso, Sr. Presidente, que o mesmo sentimento de patriotismo inspira a todos nesta questão da transferência da sede do governo daqui, de Ouro Preto, para outra situação: tanto os que são a favor da mudança, como os que entendem que não deve ela realizar-se, quer por ser inoportuna a medida, quer por motivos outros de ordem elevada.

Desde que a matéria seja estudada e resolvida com respeito mútuo de opiniões, não aparecerão atritos resultantes de uma intolerância sem justificativa. *(Muito bem!)*

Por minha parte, eu, que sou adverso ao plano de tirar-se a capital de Ouro Preto, declaro que respeito muito as intenções dos trabalhadores em prol da transferência e tenho convicção de que desde o ilustre e distinto governador do Estado até aquele que, como representante do povo neste Congresso, menos que se

tenha salientado nesta propaganda, todos inspiram-se no mais acendrado sentimento de patriotismo, porque entendem ser precisa e inadiável a medida de que depende o progresso de Minas. (*Aplausos.*)

Isto posto, Sr. presidente, esperando que os ilustres colegas, que pensam ser chegado o momento de transplantar para outro ponto sentimentos que animam-me, caminhando em sentido oposto, entrarei em matéria, justificando meu voto, na questão, e expondo os motivos que levam-me a pugnar pela passagem do requerimento que se discute; porquanto tende ele a proporcionar ao Congresso esclarecimentos necessários, habilitando-o na escolha de bom local para a futura capital, caso seja vencedora a idéia da sua transferência.

Nem se diga, Sr. Presidente, que há incoerência ou contradição em meu proceder, cogitando da escolha de localidade para colocação da capital, quando sou adverso à mudança; porquanto eu somente me pronunciarei, no tocante a este ponto, vencido na preliminar, isto é, tendo o voto do Congresso decidido em favor da primeira parte do art. 117 do projeto de constituição que determina a transferência; porque, então, força é que designamos a localidade.

Para que não vote por essa preliminar atuam em meu espírito razões de muito peso e valor; e dois motivos especialmente pesam sobre ele, na apreciação desta momentosa questão, levando-o a decidir-se contrário à medida projetada e a declarar, com a franqueza com que sempre pautei meus atos (*Apoiados*), que voto para que a capital de Minas Gerais permaneça em Ouro Preto. (*Apartes.*)

Deles ressalta em primeiro lugar o que decorre do estado financeiro; diante do qual me apavoro, receoso de agravar nossa situação no presente e colocá-la sem solução no futuro; porquanto como eu, deve V. Exa. se lembrar, Sr. Presidente, que na extinta assembléa provincial, de que fizemos parte, era o chavão obrigado em todas as discussões chamar-se a atenção de todos para enorme dívida que nos assoberbava; o *déficit*, que

nunca tinha um termo, um espantinho medonho que se antepunha às reclamações, que surgiam, no sentido de melhoramentos pedidos para diversos pontos da província de sorte que deixavam-se de criar escolas, era um horror iniciar projeto, que dava a localidades elementos de vida, negava-se mesmo a construção de pontes e abertura de estradas de utilidade provada, porque a verba de obras públicas estava esgotada e era preciso equilibrar o orçamento.

Os conselhos de observar-se toda economia eram levados à usura, tal o medo do descalabro das finanças e da bancarrota iminente! (*Apartes.*)

Ora, Sr. Presidente, isto é a história de ontem; e como, pois, nos atiramos a empreendimentos que arrasam o nosso erário a fabulosas despesas?

Onde se descobriu a mina, donde provém tanto ouro, que produza riquezas, ao ponto de esquecermos o passado tão tenebroso para embalar-nos descuidosos e livres de apreensões pavorosas? (*Apoiados.*)

Preciso de esclarecimentos, de informações que venham dissipar as dúvidas que me assaltam; que convém-me de que a prosperidade do Estado de Minas é tal que afoitamente podemos-nos aventurar a grandes lances, em cometimentos importantes.

Aos que esperam tudo superar pelo argumento das rendas, que vamos ter em virtude de impostos, que passem à nossa conta, direi que é necessário atender também que, por outro lado, avolumam-se os nossos encargos; porque diversos serviços, que até hoje têm sido feitos por conta do cofre geral, virão pesar grandemente em nosso orçamento, já por demais agravado pelos compromissos, em garantia de juros a estradas de ferro e pelos ônus da nossa dívida. (*Apoiados.*)

Nestas condições, Sr. Presidente, podemos decretar que se identifique uma nova cidade, que se levantem custosos edifícios, que se realizem serviços de alto valor para efetuar-se a mudança da capital sem que fiquem de vez comprometidos os interesses de Minas, sacrificados

a uma questão de problemáticos resultados na atualidade especialmente?

Tem-se falado muito, Sr. Presidente, em companhias que já se organizaram para tomar a si a edificação da nova cidade; refere-se com horror à existência de sindicatos e fogem todos espavoridos diante dos syndicateiros, e eu tão desprevenido acho-me nesta questão e encaro com tal desprendimento, acostumado a julgar os homens sempre pelo melhor lado, que não sou daqueles que se aterrorizam diante das companhias e sindicatos; sendo até em minha humilde opinião o meio mais viável, econômico e prático de levar a efeito o grande cometimento; porém, Sr. Presidente, força é confessar que não é infundado o receio dos que olham com desconfiança para o patriotismo dessa gente, que se reúne em companhias, se agrega e se aconchega em nome do bem público.

Ordinariamente o que nela mais alto fala é a voz da barriga; são interesseiros que se introduzem no meio do povo com peles de carneiro e que não passam de lobos vorazes, que aguardam azada ocasião para o devorar. (*Apartes.*)

Haverá da parte do governo bastante energia e escrúpulo na concessão de privilégios e favores a companhias que se proponham à edificação da nova cidade, evitando que a população gema sob o peso de contribuições e sintam-se mesmo ofendida em sua liberdade? (*Apartes.*)

Outros motivos, que induzem-me também a ser contrário ao aniquilamento de Ouro Preto, nascem do coração; são os laços das relações, do amor às tradições antigas e gloriosas da velha cidade, e são tão fortes esses ligamentos, e somente força maior, enorme, pode espedaçá-los.

A história nos aponta muitos casos em que os laços do coração se rompiam no sacrifício heróico dos que morriam confessando seu Deus e de outros que se martirizavam pelo amor da Pátria.

A valorosa mulher, heroína bíblica, mãe dos Macabeus vê seus sete filhos caminharem para morte e os incita a se conservarem fiéis à lei de seu Deus, a morrerem antes do que a transgredirem-na.

Era a crença justificando o sacrifício! E é atestando o poder e a existência desse Deus, o Deus dos nossos antepassados, banido hoje da terra do Cruzeiro, que nestas montanhas de Ouro Preto, no mais elevado de seus píncaros se ostentam esses suntuosos templos, monumentos seculares, atestando a piedade da geração passada. (*Muito bem.*)

Bruto, para salvar a república romana, prende seus próprios filhos e manda publicamente açoutá-los, voltando o rosto para que o amor de pai não sufocasse os sentimentos do patriotismo.

Fará perigar a república a permanência da capital em Ouro Preto, sendo preciso quebrar todos os laços que aqui nos prendem, para assegurar seu triunfo nas terras de Minas?

Não, Sr. Presidente; é o coração ainda que me recorda as tradições que Ouro Preto conserva, nos mostrando em cada sítio um rastro dos precursores da república, de Tiradentes e seus malogrados companheiros!

Pode-se dizer, parafraseando o poeta; em cada canto aqui geme saudade nas endechas de Gonzaga, em cada sítio um monumento, nos contando as peripécias tristes dos tristes acontecimentos, que formam o prólogo da nossa história pátria! (*Muito bem!*)

31ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 7 DE JUNHO DE 1891

(Anais, p.445-447.)

Sr. Afonso Penna: — (...) Mandei à mesa também uma subemenda ao substitutivo nº 25, que diz respeito à mudança da capital.

A propósito da justificação destas emendas que mandei externarei minha opinião sobre este momentoso assunto.

Srs. na primeira discussão, quando se votou a questão de princípio, se convinha ou não mudar a capital, anunciei-me dando o meu voto a favor dessa mudança.

Não é de hoje que tenho a convicção de que o estado de Minas Gerais auferirá vantagem com a mudança de capital para outro ponto.

Tenho ouvido a brilhante argumentação dos impugnadores desta minha opinião.

S. Exas. com efeito apresentaram razões, algumas, de valor; mas, me parece que, cotejando-as com as razões em contrário, pela mudança da capital, estas são preponderantes e levam vantagem assinalada às de S. Exas.

Vou expender as razões de minha opinião a este respeito. Senhores, se eu tivesse a responsabilidade do governo, seguramente não iniciaria esta questão, e vou dizer porque: desde que estamos numa época de reorganização, em que o povo está numa maré de incertezas, cheio de receios do desconhecido, porque na sua ignorância não pode apreciar o alcance dos acontecimentos; não é prudente, sem dúvida, levantar questões que possam tomar um caráter ardente, que possam tomar um caráter de declaração de guerra a qualquer parte da população, por menor que ela seja.

O Sr. Gama Cerqueira: — Mas eu creio que no período da ditadura V. Exa. era de opinião que se mudasse a capital.

O Sr. Afonso Penna: — V. Exa. está mal informado; já disse que não tomaria, como governo, essa responsabilidade.

A minha opinião, a que V. Exa. se refere, era em certas e determinadas condições, em que se ameaçava a mudança radical na política do Estado por causa desta grande questão.

Então, sem dúvida, seria medida de prudência, seria uma medida imposta pelos acontecimentos que o governo tomasse alguma providência para evitar grande perturbação na política mineira, e efetuando-se ainda a mudança de modo desastrado para as finanças do Estado.

Mas isto não quer dizer que eu como governo tomasse a responsabilidade de trazer à tela da discussão esta medida, quando tantas questões importantes e urgentes aí estão pedindo solução. (*Apoiados. Muito bem!*)

Nestas circunstâncias, eu não viria seguramente levantar uma questão melindrosa, que traz tanta perturbação ao ânimo de uma parte importante da população mineira, como é a da população da atual capital.

Além disso, era o caso de primeiro termos nas mãos todos os elementos necessários para julgar a atual situação econômica e financeira do Estado, para podermos decretar as despesas necessárias com a mudança da capital. (*Apoiado.*)

O Sr. Monte Raso dá um aparte.

O Sr. Afonso Penna: — O nobre deputado tem alguma razão no seu aparte; os nobres sustentadores desconhecem também que para o funcionamento da nova ordem de coisas, dos serviços criados, são precisas despesas não pequenas aqui mesmo na capital.

Ouvi, Senhores, a opinião de que em país americano deve-se procurar de preferência uma cidade pequena, para nela se colocar a capital.

Eu poderia retorquir: neste caso Ouro Preto não serve para capital, porque é a maior cidade do Estado.

Mas eu neste ponto discordo da opinião dos honrados colegas.

As nossas condições sociais não são as mesmas da União Americana; ali há um espirito de iniciativa levado ao último ponto: ali o governo pouco ou nenhuma interferência tem no movimento econômico e progressivo da sociedade americana.

Os honrados deputados não ignoram que na União Americana as reuniões do congresso legislativo do Estado passam despercebidas para o grande movimento daquele povo; lá, quando alguém tem dependência com a legislatura, então procura o congresso como aqui se procuram as repartições públicas; mas, em geral, os debates das legislaturas do congresso federal não encontram eco algum na vida social.

A iniciativa ali, como disse, tem tocado ao seu máximo desenvolvimento; mas nós, educados em um regime de centralização em um regime de tutela, poderemos da noite para o dia desprezar os elementos que podem advir da ação governamental para proporcionar o progresso e engrandecimento do Estado? Certo que não.

Ora, passando-se a capital para outro lugar onde haja elementos naturais que falham na atual capital, sem dúvida alguma os elementos oficiais hão de produzir maiores resultados para o bem comum do Estado, impulsionando as indústrias, a aviação férrea, a criação de estabelecimentos agrícolas, profissionais e outros que hão de repercutir por todas as zonas do Estado.

Nem é argumento plausível dizer-se que se quer mudar a capital para uma localidade para onde os argentários se mudem. Isto é querer levar um argumento propriamente socialista para uma questão desta ordem.

Exigir que a capital ofereça as condições necessárias de conforto, condições para alargamento das edificações, facilidade para realização dos meios de transporte cômodo e barato, elementos naturais para desenvolvimento das indústrias e lavoura, será defender a causa dos argentários? Ninguém o afirmará.

Quem mais se aproveita dessas comodidades, são os operários, que, por pequena despesa podem transportar-se para os lugares onde trabalham, e é justamente o que as condições topografias aqui não permitem, isto é os meios de locomoção rápida e barata, adaptados em todas as cidades.

Os nobres congressistas sabem perfeitamente qual o impulso que no Rio de Janeiro grande extensão das linhas de bondes tem dado a população, assim como as facilidades que tem oferecido para as classes pobres viver em bairros distantes.

Ali não só os bondes como os trens dos subúrbios satisfazem esta grande necessidade, facilitando às classes pobres a residência longe do centro da cidade, onde os aluguéis de prédios são exorbitantes.

Ora, exigir que a capital vá para uma localidade onde estes meios se possam desenvolver, que evidentemente são incompatíveis com a topografia desta cidade, é defender a causa e a comodidade dos argentários?

E depois, senhores, para que levantar esta questão, quando nós precisamos tanto dos capitais como do trabalho?

O capital entre nós não é abundante ao contrário, pena é que não esteja acumulado para acudir às grandes necessidades de nosso país.

Em países novos, como o Brasil, tudo quanto promover a reunião de capitais, proporcionar facilidades aos capitalistas, classe indispensável à promoção das indústrias, vias férreas e outros semelhantes melhoramentos, deve ser objeto de atenção dos poderes públicos, e não motivo para levantar adversidades, sem razão de ser.

Ninguém desconhece que há uma grande emigração de dinheiro e de pessoal para a capital federal...

O Sr. Olyntho de Magalhães: — E para S. Paulo.

O Sr. Afonso Penna: — ... e para S. Paulo ultimamente.

Nós devemos, pois por todos os meios provocá-los para o nosso Estado, porque aí não ficarão dormentes, hão de entrar em circulação e fomentar a indústria, a lavoura, a aviação férrea e tantos outros elementos de riqueza que jazem amortecidos no solo mineiro.

Senhores, eu sou insuspeito pronunciando-me por esta forma, porque ninguém ignora que de longa data tenho dado provas exuberantes do interesse que tomo por esta capital.

A propósito referirei a existência do ramal férreo, para o qual muito cooperei. (*Apoiados.*)

Também fiz parte da legislatura geral que deu aos diplomas da Escola de Farmácia de Ouro Preto vigor em todo o Brasil.

Ainda mais, senhores, posso declarar-vos que da minha entrada para o ministério em 1885, dependeu a expedição do regulamento que converteu a Escola de Minas

em Escola Politécnica. Era plano já assentado nos conselhos do governo permitir que esta Escola pudesse simplesmente dar diploma de agrimensor.

O Sr. Costa Sena dá um aparte.

O Sr. Afonso Penna: — É exato; V. Exa. antecipa o que eu ia dizer: o ilustrado e distinto mineiro Sr. Dr. Chaves, que na presidência da Província muito se havia esforçado por essa reforma importantíssima, forneceu-me elementos valiosos para defender a causa do único estabelecimento de instrução superior de Minas Gerais.

Faço essa referência para provar que não tenho sentimento algum ou má vontade contra a população ouro-pretana, à qual, aliás, sou muito grato.

Mas não posso desconhecer as razões daqueles que pugnam por uma opinião, que de longa data já eu sustentava.

Dadas as razões pelas quais votei pelo princípio da mudança da capital, entrarei em outra questão não menos importante.

Qual o lugar que deve ser escolhido para se fixar a capital?

O Sr. Costa Reis: — Buliu com casa de marimbondos. (*Risadas.*)

O Sr. Afonso Penna: — Senhores, é uma questão muito complexa e que pode ter soluções variadas, conforme o ponto de vista em que cada um se coloque.

Tenho ouvido dizer (o que é uma aspiração legítima) que o poderoso Estado de Minas deve ter uma capital tão importante como a de São Paulo.

Se nós queremos simplesmente atender ao progresso da população, a reunião de riquezas evidentemente já temos um lugar constituído neste Estado: — É a cidade de Juiz de Fora; porque esta cidade, que há trinta anos era uma pequena localidade, é hoje a cidade mais importante do Estado, já pela sua riqueza, já pelo espírito de iniciativa que ali se tem apresentado de um modo que faz honra ao povo mineiro.

11ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 11 DE MAIO DE 1891.

(Anais p. 204-205.)

Sr. Bernardino de Lima: — (...) Sr. Presidente, peço a V.Exa. que consulte ao Congresso se me concede 10 minutos mais para concluir o meu discurso.

(Consultado o Congresso resolve pela afirmativa.)

Agradeço à casa a generosidade dos meus colegas, concedendo alguns minutos em que vou continuar a cansar sua atenção. *(Não-apoiados.)*

Sr. Presidente, apesar de não ter feito manifestação pública relativamente à mudança da capital, antes da eleição; apesar de ter me portado com toda a imparcialidade sobre o assunto, apenas manifestando particularmente aos meus amigos o meu modo de ver em assunto tão importante; fui invectivado de ser um indivíduo antipatriota, que não considera os grandes interesses do Estado, senão visando ao interesse particular!

O Congresso sabe que uma folha da oposição procurou fazer crer que o grande governador havia concedido privilégio de uma estrada de ferro a seu irmão, o humilde orador, e para o lugar para onde pretendia mudar a capital!

Tive ocasião de desmentir pela imprensa esta injúria; mas desta tribuna aproveitei a ocasião para lançar ainda um protesto contra tais insinuações.

Um Sr. Representante: — Não tocaram -no em nada.

O Sr. B. de Lima: — Estas injúrias obrigaram-me a assumir atitude franca e leal, não só para com o Estado de Minas, mas para com o povo ouro-pretano, a quem não devo senão finezas, a quem desejo a maior garantia dos seus interesses e de seus direitos.

Tem-se feito acreditar que o humilde orador quer a mudança da capital para Belo Horizonte por estar esta localidade próxima ao lugar de seu nascimento.

Entretanto, se por um lado eu reconheço que ela tem todos os elementos para uma grande cidade, por outro declaro solenemente a este Congresso, que se me convencerem de que outra localidade melhores condi-

ções tenha do que a invocada na menagem do governador, por ela votarei.

O Sr. V. Mascarenhas: — Esta declaração honra muito V. Exa.

O Sr. B. de Lima: — Mas o que é lastimável, o que não se pode admitir, são as insinuações feitas às famílias do Belo Horizonte; insinuações que não honram aos seus autores.

O Sr. V. Mascarenhas: — Famílias muito distintas.

O Sr. B. de Lima: — O nobre senador Xavier de Veiga, em seu discurso em aparte procurava também apresentar com desprezo esta localidade que, pela pureza de seu clima, pela...

O Sr. Xavier da Veiga: — V. Exa. se refere a mim?

O Sr. B. de Lima: -Sim, senhor.

O Sr. Xavier da Veiga: — Desprezo como? Qual foi a palavra que usei?

O Sr. B. de Lima: — O sr. Gama Cerqueira lia o tópico de um jornal desta cidade, em que um próprio adepto da permanência da capital reconhecia que certos elementos de progresso não existiam nesta cidade, e então V. Exa. deu o seguinte aparte: *Primores existem em Belo Horizonte.*

O Sr. Xavier da Veiga: — Não é exato isso; nem falei em Belo Horizonte.

O Sr. B. de Lima: — Se Belo Horizonte não é uma grande povoação, não se pode admirar que não tenha estes meios de divertimento, estas qualidades que Ouro Preto como capital devia ter e não tem.

Se por primores se deve entender bom clima, boa topografia, e fontes abundantes de água etc. eu direi que em Belo Horizonte há primores.

O Sr. Costa Reis: — E outras coisas mais. (*Risadas.*)

O Sr. B. de Lima: — Além de tudo isto, acresce que o Estado possui no Belo Horizonte cerca de uma légua quadrada de terrenos, que prestam-se perfeitamente à edificação de uma cidade enorme.

Os documentos relativos à posse do Estado nesses terrenos têm sido observados por muitas pessoas, e eu terei ocasião de apresentá-los á casa.

O Sr. Murta: — É exato, eu também tive a ocasião de observar.

O Sr. B. de Lima: — Pelo cálculo de aforamento ou venda destes terrenos pertencentes ao Estado, chegamos à conclusão de que a mudança da capital se efetuará sem despesas, e pode-se mesmo pagar a dívida do Estado com o produto de venda.

O Sr. Camilo de Britto dá uma parte.

O Sr. B. de Lima: — Se V. Exas. afirmam aqui no Congresso que ninguém irá comprar terrenos lá, como é que dizem, em outras ocasiões, que há sindicatos em procura de terras no Belo Horizonte.

Ainda, Sr. presidente, uma outra consideração a respeito da importância do local apontado eu podia apresentar; mas já ela foi perfeitamente desenvolvida pelo nobre senador e Sr. Gama Cerqueira e outros.

É ser o vale do Rio das Velhas, portanto o Belo Horizonte, Paraúna, etc., ponto central do Estado de Minas, e prestar-se assim ao desenvolvimento das indústrias e do comércio nas diferentes zonas, que ficarão eqüidistantes da capital.

Pela carta do nosso Estado se vê que cada zona tem sua indústria e que a zona central é a zona por excelência manufatureira; daí uma grande conveniência, sendo eqüidistante das outras zonas que têm indústrias diversas, de um lado receberá matéria prima, e de outro para percorrer a matéria já transformada por todas as zonas que terão de trocar os seus produtos umas com as outras.

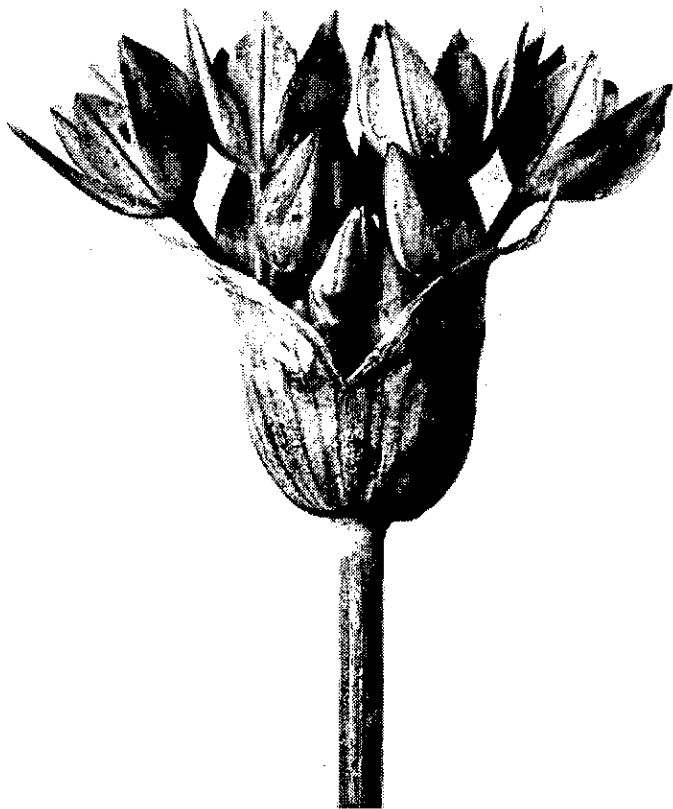
A esta consideração, que aconselha a mudança da capital para um ponto central, podemos acrescentar outras que se opõem à permanência da capital nesta cidade; por exemplo, a topografia da mesma, a falta de elementos de indústria, e tantas outras que têm sido apontadas aqui.

Como o menos competente nesta parte (*não-apoiados*), porque sou habitante de Ouro Preto, e prezo muito os laços de amizade que aqui me prendem, além de outras considerações de ordem individual, eu não entrarei na apreciação destas condições, na discussão desta questão, que tem tanto azedado a opinião pública; senão poderia me referir ao dispêndio enorme que é necessário para a conservação da cidade, para as edificações de novos prédios que a organização política republicana exige, e até, Sr. Presidente, a impossibilidade mesmo do aumento da população pela falta de uma terra conveniente para consumir os corpos inumados.

O Congresso talvez saiba que, feito um cemitério nesta cidade, até hoje não se inaugurou por estar provado que o terreno não consome os corpos.

O Sr. R. Lagoa: — Não apoiado; não é essa a razão. A razão é que ninguém ainda quis mandar para lá um parente ou um amigo seu.

O Sr. B. De Lima: — Concluindo, Sr. Presidente, eu prometo como em conciliação desse interesse de ordem geral e dos de ordem particular, oferecer uma emenda em virtude da qual uma lei ordinária procure fazer cessar essa antinomia, ainda que aparente, entre o interesse público e o interesse individual, e mais ainda, uma lei que ponha fora de ataque as tradições gloriosas de Ouro Preto. Tenho concluído. (*Muito bem! Muito bem! O orador é cumprimentado por seus colegas.*)



ALLIUM OSTROWSKIANUM
KARL BLOSSFELDT
1865 — 1932